

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Programa de Integridade	12
5.5 - Alterações significativas	14
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	15

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	16
10.2 - Resultado operacional e financeiro	33
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	52
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	56
10.5 - Políticas contábeis críticas	59
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	77
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	78
10.8 - Plano de Negócios	79
10.9 - Outros fatores com influência relevante	81

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A Companhia possui política formalizada de Gerenciamento de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho de Administração em 2018. Em 2020, esta Política foi revisada, aprovada em 2021 pela Alta Administração da Matriz (CTG Brasil) e está em processo de análise e aprovação pelo Conselho de Administração da Rio Paranapanema.

Os principais riscos da Companhia assim como os controles-chave ligados aos principais processos de negócio e às demonstrações financeiras são monitorados de forma centralizada pela Área de Riscos e Controles Internos. De forma complementar, a Área de Gestão de Risco e Portfólio, monitora o risco de mercado através de processos e controles estabelecidos. Os riscos são tratados de acordo com as políticas vigentes aprovadas pelo Conselho de Administração.

Em 2017, a Companhia fortaleceu o processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos por meio da implantação de um processo periódico de Avaliação de Riscos, conduzido pela Área de Riscos e Controles Internos, para apoio na identificação e no monitoramento dos riscos que podem afetar negativamente os seus negócios. Os resultados são reportados à alta direção da Companhia através da Matriz de Riscos Corporativos. A última revisão da Matriz de Riscos ocorreu em 2020 e está em processo de revisão em 2022.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. os riscos para os quais se busca proteção
- ii. os instrumentos utilizados para proteção
- iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Riscos Setoriais

Hidrológicos – Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. A mitigação ocorre no conjunto do Sistema Integrado Nacional (SIN), por meio do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que compartilha os riscos hidrológicos das usinas despachadas de forma centralizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Já de maneira corporativa, a Companhia controla esse risco por meio da determinação e controle do limite de risco que busca garantir um nível de contratação de energia ótimo em relação à garantia física das usinas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Em 2021, por exemplo, a energia previamente contratada foi equivalente a 80% da garantia física, para 2020 foi de 78% e para 2019 foi de 81%. Ao longo dos meses, a companhia reavaliou a necessidade de proteção do risco hidrológico e, por vezes, comercializou energia através de contratos de bilaterais e de balanço. Esse processo está em permanente aperfeiçoamento e, atualmente, tem como apoio diferentes metodologias como análise de risco e retorno baseado em métricas como, VaR (Value at Risk), CVaR (Conditional Value at Risk), Risco Volumétrico, dentre outras. Conta ainda com intenso monitoramento climatológico, buscando antecipar os efeitos de qualquer alteração no regime de chuvas, possibilitando a adoção de correções na estratégia antecipadamente, visando reduzir possíveis impactos ocasionados por eventos climáticos extremos nos ativos da companhia.

Atualmente a Companhia conta com uma equipe de Gestão de Riscos de Mercado e Portfólio, que monitora e avalia constantemente a estratégia de hedge (limite de risco) e eventuais riscos inerentes ao mercado de energia brasileiro.

Regulatórios – As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Dessa forma, alterações no ambiente regulatório podem exercer impacto sobre o desempenho. Para acompanhar as determinações do órgão regulador e promover a conformidade nas suas operações, a companhia possui uma área específica de regulação e participa das entidades setoriais de geração de energia.

Empresariais

Financeiros – Incluem riscos de mercado (como juros, preços e câmbio), crédito e liquidez. O impacto de juros sobre a emissão de debêntures, por exemplo, é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pela variação dos Certificados de Depósito Bancário (CDB), enquanto os reajustes dos preços nos contratos bilaterais e de leilão são indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M. Na gestão do risco de crédito que envolva bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo “A”. Já a avaliação da qualidade do crédito do cliente leva em consideração sua posição financeira e experiência passada, entre outros fatores. Nos contratos fechados com as distribuidoras por meio de leilão público, os riscos são minimizados com o uso de mecanismos de garantia baseados em recebíveis. Os contratos com clientes livres utilizam mecanismos que podem ser fiança bancária, cessão do CDB ou fiança corporativa. De forma a assegurar caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, as previsões de liquidez levam em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) e metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. O excesso de caixa é investido em contas com incidência de juros, depósitos a prazo,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada.

Há também um processo de avaliação dos controles-chave, visando assegurar a mitigação de riscos que possam afetar adversamente a elaboração das demonstrações financeiras.

Operacionais – Atividades de monitoramento e manutenção preventiva dos ativos críticos asseguram o fornecimento de energia elétrica ao SIN e lastreiam os contratos de compra e venda de energia elétrica, além de reduzir custos e paradas não programadas de suas unidades geradoras. Há planejamento e diagnóstico plurianual com revisão anual da programação de manutenção e investimentos nas usinas. É mantida uma rede telemétrica para planejar e executar a operação das usinas, constituída de 39 estações pluviométricas e 25 estações fluviométricas instaladas estrategicamente na bacia hidrográfica do Rio Paranapanema, que tem área aproximada de 100 mil quilômetros quadrados, e por meio da qual monitora em tempo real o volume de chuvas ocorridas e as vazões nos principais tributários do rio. Uma série de procedimentos busca assegurar a integridade física dos empreendimentos, no caso de eventos extremos como secas e cheias. Para auxiliar o processo de execução de controle de cheias durante o período úmido e o gerenciamento dos níveis de armazenamento dos reservatórios durante o período seco, a Rio Paranapanema Energia possui um contrato de prestação de serviços de informações meteorológicas com a Somar Meteorologia, que fornece diariamente a previsão de chuvas.

Planos de contingência são previstos no Sistema de Operação em Situação de Emergência (Sosem), no qual estão pré-estabelecidas as diretrizes e os princípios básicos para enfrentar situações de cheias nos reservatórios, assim como a capacitação de todos os funcionários das áreas operacionais das usinas. Engenheiros especializados em segurança de barragens fazem o constante monitoramento da integridade física dessas estruturas e cuidam para que estejam de acordo com os padrões estabelecidos pela regulamentação em vigor. Há ainda Plano de Resposta para Emergências (PRE) e Plano de Continuidade de Negócios (PCN).

Socioambientais e fundiários – A Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, certificada pela ISO 14001, é o principal instrumento de gestão de riscos e impactos ambientais, decorrentes principalmente da operação das usinas, como nível de reservatórios e volume de água vertida. Com a obrigação de fiscalizar e zelar pelo seu patrimônio imobiliário (fundiário), incluindo as áreas do entorno de seus reservatórios, cujo perímetro soma cerca de 5 mil quilômetros, a Companhia mantém uma equipe destinada ao engajamento com as populações ribeirinhas, municipalidades, Ministério Público e órgãos ambientais com a finalidade de desenvolver iniciativas para cuidar do patrimônio imobiliário sob sua concessão.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os planos de contingência descritos no item “Operacionais” acima também fazem parte do gerenciamento de riscos socioambientais.

Imagem e reputação – A companhia monitora notícias de jornais, rádios, revistas, televisão e redes sociais para acompanhar a percepção da imagem e estabelecer a melhor estratégia com suas partes interessadas. Promove pesquisas estruturadas com suas principais partes interessadas e realiza periodicamente a difusão de normas de conduta para seus empregados e fornecedores, descritas em seu Código de Ética e Conduta nos Negócios e Código de Ética e Conduta para Fornecedores, ressaltando o comportamento ético e respeito ao ser humano e ao meio ambiente, de modo a que estejam sempre associados ao seu nome.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A equipe de Riscos e Controles Internos tem aportado metodologia e ferramentas, além de estabelecer suporte, para que cada área da Companhia acompanhe e adote medidas de mitigação para os tópicos sob sua responsabilidade, a exemplo de riscos estratégicos, financeiros, comerciais, operacionais, regulatórios, de conformidade, de contratos com fornecedores, ambientais e de imagem e reputação.

Além disso, a mesma estrutura será responsável pela condução dos processos de autoavaliação de controles e de avaliação independente dos controles internos da Companhia.

Compliance Treinamento

Em 2020, visando o fortalecimento da cultura de riscos e controles da Companhia, os responsáveis por controles nas áreas de negócio receberam treinamentos sobre riscos, controles internos e autoavaliação de controles. Em 2021 todos os colaboradores e líderes foram treinados nos principais aspectos da lei geral de proteção de Dados, LGPD. Manter um grau adequado de privacidade e segurança dos dados pessoais que tratamos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui, na data deste Formulário de Referência, política formal de gerenciamento de riscos de mercado e gestão de riscos financeiros, incluindo análises qualitativas dos cenários econômico, político e regulatório e análises quantitativas baseadas em estatísticas e probabilidades.

Na data desse Formulário de Referência, a Companhia não detém posições que possam gerar exposições relacionadas a derivativos, moedas estrangeiras, ou a preços de commodities, portanto flutuações dessa natureza não afetariam a Companhia.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. riscos para os quais se busca proteção

A política formal de gerenciamento de riscos de mercado, conforme informado no item a acima, visa a proteção dos ativos da Companhia contra cenários hidrológicos desfavoráveis, bem como contra intercorrências relacionadas aos ambientes econômico, político e regulatório do Brasil

Riscos relacionados à inflação que possam impactar os juros sobre a emissão de debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pela variação dos Certificados de Depósito Bancário (CDB), enquanto os reajustes dos preços nos contratos bilaterais e de leilão são indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A companhia monitora ativamente os ratings de crédito de clientes através de metodologia própria, embasada em informações de mercado e modelos estatísticos, visando mitigar eventuais perdas decorrentes de inadimplemento. Nos contratos fechados com as distribuidoras por meio de leilão público, os riscos são minimizados com o uso de mecanismos de garantia baseados em recebíveis. Os contratos com clientes livres utilizam mecanismos que podem ser fiança bancária, cessão do CDB, fiança corporativa, seguro garantia ou registro contra pagamento. De forma a assegurar

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, as previsões de liquidez levam em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) e metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. O excesso de caixa é investido em contas com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada.

ii. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia possui, na data deste Formulário de Referência ativos expostos que requeiram adoção de estratégias de proteção patrimonial contra os riscos de mercado (hedge).

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Visando a proteção dos ativos contra os riscos de mercado, é determinada uma estratégia de Hedge através de análises qualitativas dos cenários econômico, político e regulatório e análises quantitativas baseadas em estatísticas e probabilidades.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os parâmetros utilizados para o gerenciamento dos riscos de mercado são: análises dos cenários macroeconômico do Brasil e internacional, político e regulatório do setor elétrico e análises estatísticas baseada na Moderna Teoria de risco e retorno de *Markowitz*, considerando 6.000 cenários estocásticos de hidrologia e demanda de energia.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não possui instrumentos financeiros (hedge) com objetivos diversos de proteção patrimonial.

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma área de Controles Internos, que é responsável pelo monitoramento da adoção e efetividade das políticas formais além do gerenciamento dos controles existentes. A área é composta por um gerente e dois analistas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A área de riscos e controles internos é responsável pelo monitoramento da adoção e efetividade das políticas formais e pelos controles relacionados aos riscos financeiros e administrativos. Existe uma matriz de riscos e controles com 65 controles estabelecidos. Auto avaliações e testes independentes com relação aos controles da matriz são realizados anualmente. Os resultados são acompanhados pela área de riscos e controles internos e, quando necessário, planos de ação são estabelecidos para ajuste nos controles

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

O rígido cumprimento da legislação e das políticas da Companhia e a adoção de melhores práticas são marcas da governança corporativa da Companhia sobre o programa de Gestão de Riscos e Controles Internos sob a gestão da Diretoria de Riscos e Compliance. São mantidos processos, sistemas automatizados de controle e oferecidos treinamentos aos profissionais sobre aspectos relacionados à Ética e Proibição de Práticas de Corrupção, seguindo as leis Anticorrupção aplicáveis.

A Companhia conta com uma estrutura de Compliance e de Controles Internos com objetivo de mitigar riscos relacionados ao negócio.

A Companhia utiliza o padrão *Coso*, do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, na avaliação de seus controles. Os processos monitorados por esses controles são Comercialização de Energia, Entity Level Control, Desembolsos, Controles Financeiros e Relatórios, Ativo Fixo, Controles de TI, Jurídico, Receita, Comercial, Crédito e Risco, Registros Contábeis, Contas a Pagar, Contas a Receber, Folha de Pagamento, Fiscal e Tesouraria. Esses processos são avaliados através da metodologia de autoavaliação anualmente.

Em 2021, os controles-chave, que afetam as demonstrações financeiras, foram avaliados de forma independente pela KPMG.

Neste processo, as não conformidades são corrigidas prontamente ou planos de ação para as correções são acompanhados por Controles Internos. Quando aplicável, os processos são revistos e novos controles implementados para evitar que o mesmo problema volte a ocorrer.

- b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma área de Controles Internos, que é responsável pelo monitoramento da adoção e efetividade das políticas formais além do gerenciamento dos controles existentes. A área é composta por um gerente e dois analistas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- c. se, e, como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O resultado da autoavaliação dos controles, bem como o resultado da avaliação independente dos controles são supervisionados pela Alta Direção e pelo Conselho Fiscal por meio de relatório de resultados.

O plano de ação para eventuais falhas de controle é acompanhado pela Alta Direção e Conselho Fiscal.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No exercício de 2019 o auditor independente fez sete recomendações de melhoria a respeito dos controles internos da Companhia, sendo que nenhuma se caracteriza como deficiência significativa ou material.:

1- Recomendação de melhoria

Assegurar formalização adequada das aprovações de baixas de ativos.

2- Recomendação de melhoria

Reavaliar e fortalecer os controles sobre monitoramento de horas extras.

3- Recomendação de melhoria

Reavaliar e fortalecer o controle sobre vigência de delegações temporárias de alçada.

4- Recomendação de melhoria

Assegurar a conclusão das revisões de permissões de acesso ao sistema Peoplesoft e análise atualizada de conflitos de segregação de funções.

5- Recomendação de melhoria

Assegurar formalização adequada da criação de contas contábeis no plano de contas da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos6- Recomendação de melhoria

Manter atualizadas as avaliações de riscos da Companhia.

7- Recomendação de melhoria

Assegurar aprovação tempestiva dos investimentos financeiros (aplicações de caixa).

No exercício de 2020 o auditor independente fez três recomendações a respeito dos controles internos da Companhia, sendo que apenas uma se caracteriza como deficiência significativa ou material. São elas:

1- Deficiência Significativa

Recomendamos a revisão periódica dos critérios para a elaboração dos relatórios de lançamentos manuais que é encaminhado para a aprovação da alçada competente.

2- Recomendação de melhoria

Assegurar que somente usuários autorizados pela Companhia possuam acessos aos sistemas aplicativos bancários.

3- Recomendação de melhoria

Readequar a formalização do controle relacionado à revisão da folha de pagamento.

No exercício de 2021, os testes independentes de controles da companhia identificaram três deficiências significativas de controles. São elas:

1- Ausência de revisão de acessos do sistema SAP

O processo de revisão anual de acessos não foi executado devido a implantação do ERP e está previsto para ocorrer no sistema SAP ao final do ano de 2022.

2- Ausência de revisão dos acessos privilegiados firefighter do sistema SAP

Atualmente não há uma revisão das atividades executadas por usuários de acessos privilegiados firefighter após sua utilização e verificação se estas estão de acordo com a necessidade descrita.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**3- Ausência de mapeamento de conflitos existentes em transações customizadas "Z"**

No sistema SAP é utilizada a Matriz SoD padrão disponibilizada pelo fornecedor, não possibilitando a identificação de possíveis conflitos relacionados às transações customizadas "Z".

Também no exercício de 2021, o auditor independente fez uma recomendação a respeito dos controles internos da Companhia, sendo que caracterizada como deficiência significativa:

4- Deficiência Significativa

Recomendamos que a administração implemente controles sobre a documentação de todos os funcionários.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Com base nas recomendações e deficiência significativa nos controles internos apontadas, os processos foram revistos e novos controles implementados para garantir a confiabilidade das informações financeiras.

Para as recomendações de melhoria apresentadas para os exercícios de 2019 e 2020, planos de ação foram estabelecidos, monitorados e solucionados.

Em relação à deficiência significativa e às melhorias apontadas no exercício de 2021, planos de ação já foram elaborados e atualmente estão em implementação. Esses planos serão acompanhados pela área de Controles Internos, com apresentação mensal à Presidência da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Integridade é um dos valores da Companhia que orienta as atitudes de todos os profissionais da empresa na condução do dia a dia dos negócios, estabelecendo a postura ética e a integridade em tudo o que fazemos, como um dos princípios fundamentais.

Em 2017 com a mudança de controle da Rio Paranapanema Energia o Código de Ética e Conduta nos Negócios da CTG foi adotado pela Companhia. O novo Código foi distribuído para todos os empregados e os treinamentos presenciais realizados no 2º semestre de 2017. Após isso, outras iniciativas de treinamentos sobre o Código ocorreram e anualmente todos os Colaboradores e Administradores reafirmam seu compromisso com o Código. Atualmente a área de Compliance da matriz desenvolveu um treinamento online mandatório para 100% dos colaboradores que conta ainda com aceite e certificação dos colaboradores em relação ao Código de Ética e Conduta e em relação à Política Anticorrupção.

O Código de Ética apresenta os princípios-chave e os valores que devem nortear o relacionamento entre a Companhia e os colaboradores, terceiros, acionistas e a sociedade em geral. Os Colaboradores que violarem o Código estarão sujeitos a ações disciplinares e podem, também, estar sujeitos a ações cíveis e/ou criminais.

O Código de Ética e Conduta nos Negócios fica disponível na Intranet da Companhia e no endereço: <https://www.contatoseguro.com.br/ctgbr>.

Além do Código de Ética, como forma de educar, alertar, prevenir detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, a Companhia adota entre outras, a Política de Prevenção às Práticas de Corrupção, Política de Interação do Poder Público, a Política de Presentes, Brindes e Entretenimento e disponibiliza um canal de comunicação para dúvidas e alegações de descumprimentos do Código de Ética, disponível para Colaboradores e público externo manifestarem situações de não conformidade envolvendo a Companhia, seus Colaboradores, terceiros e demais públicos de interesse. Atende 24 horas por dia, sete dias por semana, em português e inglês, por meio de telefone (0800 601 6888) ou internet (<https://contatoseguro.com.br/ctgbr>).

O canal pode receber relatos de suspeitas de fraude, suborno, lavagem de dinheiro, assédio sexual, assédio moral, discriminação, violência física, descumprimento de leis e diretrizes organizacionais, entre outros. É administrado por uma empresa independente, com garantia de sigilo e confidencialidade, de não retaliação e a possibilidade de manter o anonimato, pois a identificação é opcional. O processo pode ser acompanhado em consultas ao próprio canal.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Para relacionamento com terceiros (fornecedores e parceiros) foi estabelecido um processo de análise previamente às contratações (processo de *due diligence*), com levantamento de aspectos relacionados a anticorrupção, lavagem de dinheiro e outros crimes que possam ser relevantes, além de aspectos relacionados a riscos financeiros, legais, éticos, ambientais e sociais. Para esse processo, ferramentas externas de buscas em bases de informação pública e pesquisas de mídia são utilizados, como UpLexis, UpLink, Google e Dow Jones.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

A companhia entende que até o momento não houve alteração significativa sobre a sua exposição aos riscos descritos no item 5.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

A Companhia entende que todas as informações consideradas relevantes relativas ao item 5 deste Formulário de Referência foram informadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As demonstrações financeiras de 2021, 2020 e 2019, foram preparadas com base nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicáveis a suas operações os quais estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A partir do segundo trimestre de 2015, as demonstrações financeiras passaram a ser apresentadas de forma consolidada contemplando o efeito do resultado da controlada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda, nova denominação, a partir de 29 de dezembro de 2016, da Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda., que era denominada de 07 de maio de 2015 a novembro de 2015 DEB Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda.

Em 29 de dezembro de 2016, após todas as aprovações publicadas pelos órgãos reguladores, representados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Aneel, foi concluído o processo de venda da totalidade das ações do capital da Duke Energy International Brazil Holdings S.à.r.l. (DEIBH) da Duke Energy International Group. S.à.r.l. (controlador indireto da Companhia) para empresa China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.à.r.l. (CTG Lux).

O contrato de compra e venda representou a aquisição direta, pela CTG Lux, de todas as 735.023 ações preferenciais de emissão da então Duke Energy International Geração Paranapanema S.A, atualmente denominada Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”) detidas pela DEIBH (controladora indireta da Companhia) e indireta das 31.180.723 ações ordinárias e 57.849.548 ações preferenciais detidas pela Duke Energy International Brasil Ltda. (atualmente denominada Rio Paranapanema Participações S.A.), controladora direta da Companhia, representando no total 99,06% do capital votante da Companhia e sua subsidiária.

O Enterprise Value do fechamento da operação realizada entre o Grupo Duke Energy e a CTG foi de US\$ 1,2 bilhão.

De acordo com o fato relevante publicado dia 28 de julho de 2017, e em virtude da transação supracitada, foi realizado com sucesso o leilão da oferta pública para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias e preferenciais em circulação da Companhia realizada pela China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.à.r.l. (“Ofertante”).

Como resultado do Leilão, a Ofertante adquiriu na data de liquidação financeira da Oferta, ocorrida em 28 de julho de 2017, 1.070.700 (um milhão, setenta mil e setecentas) ações preferenciais de emissão da Companhia, representativas 1,13% do capital social total da Companhia. As ações foram adquiridas ao preço unitário de R\$ 27,58 (vinte e sete reais e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

cinquenta e oito centavos), totalizando o valor de R\$ 29.529.906,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e nove mil e novecentos e seis reais).

Assim, a ofertante, na qualidade de controladora indireta da Companhia, passou a deter indiretamente após a liquidação financeira da Oferta, 99,06% das ações ordinárias, 94,76% das ações preferenciais e 96,19% do capital social total da Companhia.

Foi transferida via Aumento de Capital a totalidade das Ações Objeto da Oferta para a Rio Paranapanema Participações S.A., pelo mesmo preço oferecido no âmbito da Oferta, ou seja, R\$ 27,58 (vinte e sete reais e cinquenta e oito centavos) por ação, totalizando o valor de R\$ 29.529.906,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e nove mil e novecentos e seis reais).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresentou nos últimos três anos condições financeiras e patrimoniais favoráveis para desenvolver suas atividades, com geração de caixa e baixos níveis de endividamento.

O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) em 31 de dezembro 2021, 2020 e 2019 (consolidados), foi de 0,42 0,67 e 0,75 respectivamente. Em 2021 esse índice reflete o pagamento referente ao acordo do GSF, quitação da 5ª emissão (série 2) e pagamento de principal da 4ª e 7ª emissão série 2 no exercício.

O nível de endividamento da Companhia (Dívida Líquida / EBITDA), em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 consolidados foi de 2,27, -0,02 e 0,37 respectivamente.

Como resultado de uma cuidadosa gestão de operações e manutenção das usinas hidrelétricas, os Diretores avaliam que a Companhia é capaz de controlar os custos operacionais de forma eficiente. Além disso, a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes e compatíveis com as atividades desenvolvidas, cumprindo com suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

b. estrutura de capital

A Administração acompanha regularmente a estrutura de capital da Companhia e os custos associados. O Patrimônio Líquido da Companhia foi de R\$ 1.907,7 milhões no exercício de 2021, R\$ 1.911,7 milhões no exercício de 2020 e R\$ 1.550,7 milhões no exercício de 2019. Em 2021, 2020 e 2019, houve realização dos ajustes de avaliação patrimonial pela depreciação e baixa de bens para aqueles em que havia custo atribuído no exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A dívida financeira líquida – representada pelo endividamento, deduzidos recursos em caixa e equivalentes de caixa, aumentou 3.154% em 2021, comparado ao exercício de 2020, de R\$ -36,2 milhões para R\$ 1.107,1 milhões. A variação se deve pelo pagamento referente ao acordo do GSF e captação da 9ª emissão de debêntures (série 1) e (série 2) ao longo do exercício.

Ao final de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o capital social da Companhia manteve-se em \$ 839,1 milhões, representado por 31.477.761 ações ordinárias e 62.955.522 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais dos acionistas.

Estrutura de Capital

Em milhares de reais	2021	%	2020	%	2019	%
Capital de terceiros	2.057.291	51,9	3.808.841	66,6	2.860.987	64,8
Capital próprio	1.907.664	48,1	1.911.744	33,4	1.550.797	35,2
Total do passivo e patrimônio líquido	3.964.955	100,0	5.720.585	100,0	4.411.784	100,0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os quadros abaixo demonstram a distribuição do capital social da Companhia nos três últimos exercícios sociais:

Exercício 2021

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	0	0,00	709.900	1,13	709.900	0,75
Demais pessoas físicas e jurídicas	297.036	0,94	2.590.350	4,11	2.887.386	3,06
Total	31.477.761	100,00	62.955.522	100,00	94.433.283	100,00

Exercício 2020

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	2.521	0,01	806.712	1,49	940.400	1,00
Demais pessoas físicas e jurídicas	294.515	0,94	2.493.538	3,75	2.656.886	2,81
Total	31.477.761	100,00	62.955.522	100,00	94.433.283	100,00

Exercício 2019

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	2.800	0,01	937.600	1,49	940.400	1,00
Demais pessoas físicas e jurídicas	294.236	0,93	2.362.650	3,75	2.656.886	2,81
Total	31.477.761	100,00	62.955.522	100,00	94.433.283	100,00

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração, com base em análise de indicadores de desempenho e de geração operacional de caixa, entende que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto, médio e longo prazos e os respectivos juros, com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa. Não obstante o entendimento da Administração da Companhia, caso sejam necessários recursos à complementação de tal montante, esses serão obtidos por meio de empréstimos bancários ou outros financiamentos a serem avaliados e contratados pela Companhia, bem como por meio de outras distribuições públicas de valores mobiliários da Companhia.

Consolidado

	2021	2020	2019	% Variação
Empréstimo	-	-	-	0%
Debêntures	1.293.195	1.074.801	1.372.546	20,3%
Curto Prazo	381.240	376.967	355.375	1,1%
Longo Prazo	911.955	697.834	1.017.171	30,7%
Caixa	(185.014)	(1.110.250)	(1.121.907)	-83,3%
Aplicações financeiras vinculadas	(1.039)	(807)	(597)	28,7%
Dívida Líquida	1.107.142	(36.256)	250.042	-3153,7%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A fonte de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes foi a geração de caixa da Companhia.

- e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia utiliza recursos próprios (geração de caixa) para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes. Na eventual deficiência de liquidez, a Companhia poderá utilizar empréstimos bancários ou outros financiamentos a serem avaliados e contratados pela Companhia, bem como por meio de outras distribuições públicas de valores mobiliários da Companhia.

- f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes, (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras, (iii) grau de subordinação entre as dívidas, (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 31 de dezembro de 2021, a dívida bruta totalizava R\$ 1.293,1 milhões, representando um acréscimo de 20% em relação aos R\$ 1.074,8 milhões de 2020. Esse acréscimo é resultado da captação da 9ª emissão (série 1) e (série 2) no exercício.

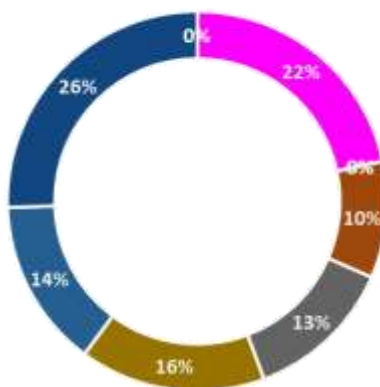
Em 31 de dezembro de 2020, a dívida bruta totalizava R\$ 1.074,8 milhões, representando um decréscimo de 22% em relação aos R\$ 1.372,5 milhões de 2019. Esse decréscimo é resultado das quitações da 7ª emissão (série 1) última parcela do principal e juros, e pagamento de pagamentos da 5ª emissão (série 2) de principal e pagamentos de juros ao longo do exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em milhares de reais

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de
Debêntures

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2021	2020	2019
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	279.689	380.681	364.377
5ª	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	-	116.899	223.708
7ª	1	Variação CDI + 0,40% ao ano	15/08/2020	-	-	224.259
7ª	2	Variação IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	128.344	231.503	221.170
8ª	1	Variação 106,75% do CDI ao ano	15/03/2023	164.786	160.385	161.684
8ª	2	Variação IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	204.950	185.333	177.348
9ª	1	Variação DI + 1,40% ao ano	15/03/2025	185.521	-	177.348
9ª	2	Variação DI + 1,65% ao ano	15/03/2025	329.905	-	177.348
				1.293.195	1.074.801	1.727.242

Fator de correção da dívida em 2021

- 3ª Emissão Série Única - CDI
- 4ª Emissão Série 1 - CDI
- 4ª Emissão Série 2 - IPCA
- 5ª Emissão Série 1 - CDI
- 5ª Emissão Série 2 - IPCA
- 6ª Emissão Série Única - CDI
- 7ª Emissão Série 1 - CDI
- 7ª Emissão Série 2 - IPCA
- 8ª Emissão Série 1 - CDI
- 8ª Emissão Série 2 - IPCA
- 9ª Emissão Série 1 - CDI
- 9ª Emissão Série 2 - CDI

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo segue descrição dos principais contratos de empréstimo da Companhia:

DEBÊNTURES DA 4ª EMISSÃO

A Companhia realizou emissão de debêntures, em 16 de julho de 2013, em duas séries (“Debêntures da 4ª Emissão”), sendo a primeira série composta por 250.000 mil Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), remunerada por 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interbancário) acrescidos exponencialmente de uma sobretaxa, definida em procedimento do *bookbuilding*, de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e prazo de vencimento em 5 (cinco) anos, portanto, 16 de julho de 2018. O valor nominal das Debêntures da primeira série da 4ª Emissão será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo as duas primeiras parcelas correspondentes a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) cada uma e a terceira parcela correspondente a 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) por debênture da primeira série, ocorrendo o primeiro pagamento em 16 de julho de 2016 e o último na data de vencimento da primeira série.

A segunda série também é composta por 250.000 mil debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), remunerada com juros remuneratórios correspondentes a 6,07% (seis inteiros e sete centésimos por cento) e com atualização monetária de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), e prazo de vencimento de 10 (dez) anos, portanto, em 16 de julho de 2023. O valor nominal das Debêntures da segunda série da 4ª Emissão será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo as duas primeiras parcelas correspondentes a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) e a terceira parcela correspondente a 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) por debênture da segunda série, ocorrendo o primeiro pagamento em 16 de julho de 2021 e o saldo remanescente do valor nominal na data de vencimento da segunda série.

DEBÊNTURES DA 5ª EMISSÃO

A Companhia realizou emissão de debêntures, em 20 de maio de 2014, em duas séries (“Debêntures da 5ª Emissão”), sendo a primeira série composta por 23.900 mil Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), remunerada por 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interbancário) acrescidos exponencialmente de uma sobretaxa, definida em procedimento do *bookbuilding*, de 0,89% (oitenta e nove centésimos por cento) e prazo de vencimento em 5 (cinco) anos, portanto, 20 de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

maio de 2019. O valor nominal das Debêntures da primeira série da 5ª Emissão será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo as duas primeiras parcelas correspondentes a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) cada uma e a terceira parcela correspondente a 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) por debênture da primeira série, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2017 e o último na data de vencimento da primeira série.

A segunda série é composta por 24.000 mil debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), remunerada com juros remuneratórios correspondentes a 7,01% (sete inteiros e um centésimo por cento) e com atualização monetária de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), e prazo de vencimento de 07 (sete) anos, portanto, em 20 de maio de 2021. O valor nominal das Debêntures da segunda série da 5ª Emissão será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo as duas primeiras parcelas correspondentes a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) e a terceira parcela correspondente a 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) por debênture da segunda série, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2019 e o saldo remanescente do valor nominal na data de vencimento da segunda série, ou seja, 20 de maio de 2021.

DEBÊNTURES DA 6ª EMISSÃO

A Companhia realizou emissão, em 08 de setembro de 2016, de debêntures em série única ("Debêntures da 6ª Emissão"), composta por 16.000 (dezesesseis mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cuja remuneração é de 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 2,00% (dois por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos e prazo de vencimento em 2 (dois) anos, portanto, 08 de setembro de 2018. O valor nominal das Debêntures da 6ª Emissão será pago em 1 (uma) parcela, na data de vencimento das Debêntures da 6ª Emissão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEBÊNTURES DA 7ª EMISSÃO

A Companhia realizou emissão de debêntures, em 17 de julho de 2017, em duas séries (“Debêntures da 7ª Emissão”), sendo a primeira série composta por 220.000 mil (duzentas e vinte mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), remunerada por 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interfinanceiro) de um dia, acrescidos exponencialmente de uma sobretaxa, definida em procedimento do *bookbuilding*, de 0,40% (quarenta centésimos por cento) e prazo de vencimento em 3 (três) anos, portanto, 15 de agosto de 2020. O valor nominal das Debêntures da primeira série da 7ª Emissão será pago em 1 (uma) única parcela.

A segunda série é composta por 200.000 mil (duzentas mil) debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), remunerada com juros remuneratórios correspondentes a 5,90% (cinco inteiros e noventa centésimo por cento) ao ano e com atualização monetária de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), e prazo de vencimento de 05 (cinco) anos, portanto, em 15 de agosto de 2022. O valor nominal das Debêntures da segunda série da 7ª Emissão será pago em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira e a segunda parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) por debênture da segunda série, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de agosto de 2021 e saldo remanescente do valor nominal na data de vencimento da segunda série, ou seja, 15 de agosto de 2022.

DEBÊNTURES DA 8ª EMISSÃO

A Companhia realizou emissão de debêntures, em 15 de março de 2018, em duas séries (“Debêntures da 8ª Emissão”), sendo a primeira série composta por 160.000 mil (cento e sessenta mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), remunerada por 106,75% (cento e seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interfinanceiro) de um dia, e prazo de vencimento em 5 (cinco) anos, portanto, 15 de março de 2023. O valor nominal das Debêntures da primeira série da 8ª Emissão será pago em 2 (duas) parcelas.

A segunda série é composta por 160.000 mil (cento e sessenta mil) debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), remunerada com juros remuneratórios correspondentes a 5,5% (cinco inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano e com atualização monetária de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), e prazo de vencimento de 07 (sete) anos, portanto, em 15 de março de 2025. O valor nominal das Debêntures da segunda série da 8ª Emissão será pago em 2 (duas) parcelas anuais, sendo a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

primeira e a segunda parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) por debênture da segunda série, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2024 e o saldo remanescente do valor nominal na data de vencimento da segunda série.

DEBÊNTURES DA 9ª EMISSÃO

A Companhia realizou emissão de debêntures, em 28 de janeiro de 2021, em duas séries ("Debêntures da 9ª Emissão"), sendo a primeira série composta por 180.000 mil (cento e oitenta mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), remunerada por 100% da taxa DI (Depósito Interfinanceiro) acrescida de uma sobretaxa, de 1,40% (um inteiro e quatro centésimos por cento), e prazo de vencimento em 3 (três) anos, portanto, 26 de janeiro de 2024. O valor nominal das Debêntures da primeira série da 9ª Emissão será pago em 1 (uma) parcela.

A segunda série é composta por 320.000 mil (trezentos e vinte mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), remunerada por 100% da taxa DI (Depósito Interfinanceiro) acrescida de uma sobretaxa, de 1,65% (um inteiro e quatro centésimos por cento), e prazo de vencimento em 5 (cinco) anos, portanto, 26 de janeiro de 2026. O valor nominal das Debêntures da segunda série da 9ª Emissão será pago em 2 (duas) parcelas.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das descritas nos itens anteriores.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

De acordo com as escrituras de emissão de Debentures da Companhia, o inadimplemento, pela Companhia, não sanado no prazo previsto nas escrituras ou, nos demais casos, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data estipulada para pagamento, ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas) ensejará na exigibilidade do imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia possui debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

As cláusulas restritivas (*covenants*) previstas no Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Terceira, Quarta, Quinta e Sexta emissões da Companhia são:

1. Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
2. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os *covenants*.

	<i>Em milhares de reais</i>		
	2021	2020	2019
EBITDA	489.168	1.611.801	685.425
Endividamento Total	1.293.195	1.074.801	1.372.546
Caixa e aplicações financeiras	185.014	1.110.250	1.121.907
Endividamento Líquido	1.108.181	(35.449)	250.639
Índice de Endividamento Líquido/EBITDA	2,27	-0,02	0,37

	<i>Em milhares de reais</i>		
	2021	2020	2019
EBITDA	489.168	1.611.801	685.425
Resultado Financeiro	(236.637)	(388.455)	(130.837)
EBITDA/Resultado Financeiro	2,07	4,15	5,24

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Quarta, Quinta, Sexta, Sétima, oitava e nona emissões, os quais vem sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (i) Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional em valor superior a R\$ 30 milhões para as 4ª e 5ª debêntures e R\$ 32 milhões para a 7ª e 8ª debêntures e R\$ 70 milhões;
- (ii) 4ª/5ª/9ª debêntures - Transferência de controle acionário direto ou indireto da Companhia, desde que, após tal transferência as classificações de risco pela Moody's ou Standard & Poor's ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação a classificação de risco vigente na data da emissão;
- (iii) 7ª/8ª/9ª debêntures - Transferência de controle acionário direto da Companhia, desde que, após tal transferência, a Moody's ou a Standard & Poor's, ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário direto da Companhia, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação à classificação de risco da Companhia vigente na data de emissão;
- (iv) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens a, b e c desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures, para a 7ª e 8ª e 9ª emissão somente os itens a e b;
- (v) Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativa ao serviço público de energia elétrica;
- (vi) Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,7, do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia, na 7ª/8ª e 9ª poderá ser realizada em observância ao seguinte índice financeiro: quociente da divisão da dívida total da Companhia pelo somatório da dívida total e Capital Social da Companhia, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras da Companhia igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos) vezes.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Os valores contratados foram 100% utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) vigentes em 31 de dezembro de 2016, e normas aplicáveis às concessionárias de uso de bem público de energia elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente.

A partir do segundo trimestre de 2015, as demonstrações financeiras passaram a ser apresentadas de forma consolidada, contemplando o efeito do resultado da controlada Rio Sapucaí Energia Ltda. (a partir de 7 de maio de 2015). A operação de transferência do controle societário para a Companhia foi realizada no dia 6 de maio.

A Companhia entende que não houve alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras consolidadas.

Contas Relevantes do Balanço Patrimonial

ATIVO	2021	% AV	% AH	2020	% AV	% AH	2019	% AV	% AH
Ativo circulante	413.886	7,2	-79,1	1.978.441	34,6	53,1	1.292.322	29,3	6,0
Ativo não circulante	3.551.069	62,1	-5,1	3.742.144	65,4	20,0	3.119.462	70,7	-4,0
Total do Ativo	3.964.955	100,0	-30,7	5.720.585	100,0	29,7	4.411.784	100,0	-1,3
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	% AV	% AH	2020	% AV	% AH	2019	% AV	% AH
Passivo circulante	993.369	17,4	-66,5	2.963.948	51,8	72,0	1.722.953	39,1	21,2
Passivo não circulante	1.063.922	18,6	25,9	844.893	14,8	-25,8	1.138.034	25,8	-19,5
Patrimônio líquido	1.907.664	33,3	-0,2	1.911.744	33,4	23,3	1.550.797	35,2	-5,2
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.964.955	100,0	-30,7	5.720.585	100,0	29,7	4.411.784	100,0	-1,3

Ativo Circulante

O saldo do ativo circulante em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 413,9 milhões, uma redução de 79,1% em comparação aos R\$ 1.978,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 devido ao pagamento do acordo do GSF. O saldo do ativo circulante em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 1.291,1.

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia representaram em 31 de dezembro de 2021, R\$ 185,0 milhões em comparação aos R\$ 1.110,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 devido ao pagamento do acordo do GSF. Em 31 de dezembro de 2019 o valor foi de R\$ 1.121,9 milhões.

A controlada contribuiu com R\$ 26,5 milhões (6,4%) no total do ativo circulante consolidado da Companhia.

Ativo Não Circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo do ativo não circulante em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 3.551,1 milhões, uma redução de 5,1 % em comparação aos R\$ 3.742,1 milhões de 31 de dezembro de 2020. O saldo do ativo não circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 3.119,4 milhões.

A controlada contribuiu com R\$ 234,4 milhões (6,6%) no total do ativo não circulante consolidado da Companhia.

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 993,4 milhões, uma redução de 66,5% em comparação aos R\$ 2.963,9 milhões em 31 de dezembro 2020, tendo como maior impacto o pagamento o acordo do GSF. O saldo do passivo circulante em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 1.721,7 milhões.

A controlada contribuiu com R\$ 3,0 milhões (0,3%) no total do passivo circulante consolidado da Companhia.

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante em 31 de dezembro 2021 foi de R\$ 1.063,9 milhões, um aumento de 25,9%, comparado a R\$ 844,9 milhões em 31 de dezembro 2020. Essa variação ocorreu principalmente pela captação da 9ª emissão de debentures (série 1) e (série 2). O saldo do passivo não circulante em 31 de dezembro 2019 foi de R\$ 1.138,0 milhões.

A controlada contribuiu com R\$ 6,9 milhão (0,7%) no total do passivo não circulante consolidado da Companhia.

Patrimônio Líquido

O saldo do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.907,6 milhões, 0,2% inferior comparado com os R\$ 1.911,7 milhões de 31 de dezembro de 2020. O saldo do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.550,7 milhões.

Tributos a recuperar / recolher

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia e sua Controlada com relação às situações em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

*Em milhares de reais***Consolidado**

	2021		2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo						
IRRF sobre aplicação financeira	2.378	-	2.658	-	9.578	819
INSS	-	1.453	-	1.427	-	1.407
Saldo negativo / Antecipações de IRPJ e CSLL	6.296	819	-	819	-	-
	8.674	2.272	2.658	2.246	9.578	2.226
Passivo						
IRPJ e CSLL a pagar anual	372	-	131.049	-	70.576	-
PIS e COFINS a pagar 12/2019	4.883	-	5.945	-	5.190	-
ICMS	3.910	-	4.968	-	1.902	-
ISS	155	-	155	-	122	-
Outros	433	-	310	-	485	-
	9.753	-	142.427	-	78.275	-

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

Em 1º de janeiro de 2009, conforme previsto no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e em atendimento às orientações contidas no ICPC 10 (Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43), a Companhia reconheceu o valor justo do ativo imobilizado (custo atribuído) na data da adoção inicial dos CPCs e do IFRS. Em decorrência, a Companhia também reconheceu os correspondentes valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, nessa data de transição, acima apresentado no quadro como Ajuste de avaliação patrimonial.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo ocorrerá na medida em que tais valores sejam oferecidos à tributação.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26 / IAS 1 (Apresentação das demonstrações contábeis).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Consolidado**

	2021			2020			2019		
	IRPJ	CSLL	TOTAL	IRPJ	CSLL	TOTAL	IRPJ	CSLL	TOTAL
Ativo									
Diferenças temporárias									
Provisões regulatórias	-	-	-	-	-	-	(238)	(86)	(324)
Provisão de contas a pagar	(3.228)	(1.162)	(4.390)	(3.594)	(1.294)	(4.888)	(976)	(352)	(1.328)
Provisão de PLR	-	-	-	-	-	-	(1.540)	(554)	(2.094)
Contingência ambiental	-	-	-	-	-	-	(1.554)	(559)	(2.113)
Contingência trabalhista	-	-	-	-	-	-	(4.050)	(1.458)	(5.508)
Contingência fiscal	-	-	-	-	-	-	(3.716)	(1.338)	(5.054)
Contingência civil	-	-	-	-	-	-	(515)	(185)	(700)
Provisão para riscos	(9.848)	(3.545)	(13.393)	(9.699)	(3.492)	(13.191)	-	-	-
Valores recebidos a maior RTE	(69)	(25)	(94)	(66)	(24)	(90)	(64)	(23)	(87)
Provisão comercialização de energia	-	-	-	-	-	-	(449)	(162)	(611)
Armotização de direito de uso	(93)	(33)	(126)	(72)	(26)	(98)	(26)	(9)	(35)
Ajuste atuarial plano de pensão	(6.736)	(2.425)	(9.161)	(7.212)	(2.596)	(9.808)	-	-	-
Liminar GSF	(31.936)	(11.497)	(43.433)	(425.984)	(153.354)	(579.338)	(318.228)	(114.563)	(432.791)
Benefício fiscal	(8.212)	(2.956)	(11.168)	(9.753)	(3.511)	(13.264)	(11.480)	(4.133)	(15.613)
Prejuízo fiscal e Base de cálculo negativa	(372.338)	(133.154)	(505.492)	(93.649)	(33.713)	(127.362)	(165.721)	(59.660)	(225.381)
Receita diferida	(2.334)	(840)	(3.174)	(1.623)	(584)	(127.362)	(4.717)	(1.698)	(6.415)
Ativo diferido	(434.794)	(155.637)	(590.431)	(458.003)	(164.881)	(622.884)	(347.553)	(125.120)	(472.673)
Passivo									
Ajuste de avaliação patrimonial	124.680	44.885	169.565	148.112	53.320	201.432	172.327	62.038	234.365
Ajuste atuarial plano de pensão	-	-	-	-	-	-	2.992	1.077	4.069
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	194.113	69.881	263.994	209.729	75.503	285.232	-	-	-
Mais-valia - Investimento em controlada	6.513	2.345	8.858	6.513	2.345	8.858	6.513	2.345	8.858
Passivo diferido	325.306	117.111	442.417	364.354	131.168	495.522	181.832	65.460	247.292
Ativo de imposto diferido (líquido)	(109.488)	(38.526)	(148.014)	(93.649)	(33.713)	(127.362)	(165.721)	(59.660)	(225.381)

Benefício fiscal – Ágio incorporado

O montante de ágio absorvido pela Companhia, em razão da incorporação da Duke Energia do Sudeste Ltda. (“Duke Sudeste”), teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução Aneel nº 28/2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultores externos naquela data.

Controladora e Consolidado

	2021			2020		2019	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	103.838	103.838	103.838	103.838
Realização	(272.546)	179.876	(92.670)	(90.574)	(88.225)	(88.225)	(88.225)
Saldos no final do período	32.860	(21.692)	11.168	13.264	15.613	15.613	15.613

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial. Segue sua composição:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social, acima descrito, está sendo apresentado no balanço patrimonial como conta redutora desses mesmos tributos no passivo não circulante, na rubrica impostos diferidos. Na forma prevista pela instrução CVM nº 319/1999, não há efeitos no resultado no exercício conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado

	2021	2020	2019
Amortização do ágio	(6.166)	(6.907)	(7.736)
Reversão da provisão	4.070	4.558	5.105
Benefício fiscal	2.096	2.349	2.631

Realização do benefício fiscal referente ao ágio incorporado da Duke Sudeste.

	2022	2023	2024	2025 - 2027	2028 em diante	Total
Realização estimada	1.872	1.671	1.492	3.584	2.549	11.168

	2021	2022	2023	2024 - 2026	2027 em diante	Total
Realização estimada	2.097	1.872	1.671	4.013	3.611	13.264

	2020	2021	2022	2023 - 2025	2026 em diante	Total
Realização estimada	2.348	2.097	1.872	4.495	4.801	15.613

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- a. resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais
- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços
- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A Companhia é caracterizada por sólida geração de caixa operacional e baixa necessidade de recursos de capital. Como resultado de uma cuidadosa gestão de operações e manutenção de suas usinas hidrelétricas, a Companhia é capaz de controlar os custos operacionais de forma eficiente.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Resultados Operacionais

Período encerrado em 31 de dezembro de 2021 em comparação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Resultado Consolidado em 2021 e 2020.

(Em milhares de Reais)	2021	% da Receita operacional	2020	% da Receita operacional	% Variação 2021/2020
Receita operacional bruta	1.533.100	100,00	1.639.167	100,00	(6,47)
Outras receitas	448	0,03	399	0,02	12,28
Deduções da receita operacional	(186.737)	(12,18)	(188.392)	(11,49)	(0,88)
Receita operacional líquida	1.346.811	87,85	1.451.174	88,53	(7,19)
Custo do serviço de energia elétrica					
Pessoal	(72.316)	(4,72)	(64.045)	(3,90)	12,91
Material	(7.840)	(0,51)	(9.298)	(0,57)	(15,68)
Serviços de terceiros	(34.138)	(2,23)	(40.711)	(2,48)	(16,15)
Energia comprada	(542.073)	(35,36)	(368.395)	(22,47)	47,14
Depreciação e amortização	(279.082)	(18,20)	(214.835)	(13,10)	29,91
Encargos de uso da rede elétrica	(153.843)	(10,03)	(141.854)	(8,65)	8,45
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(26.189)	(1,71)	(33.396)	(2,04)	(21,58)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(7.363)	(0,48)	(6.718)	(0,41)	9,60
Seguros	-	-	(9.441)	(0,58)	(100,00)
Aluguéis	(109)	(0,01)	(46)	(0,00)	136,96
Provisões para riscos	1.777	0,12	(2.347)	(0,14)	(175,71)
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	10.430	0,68	849.245	51,80	(98,77)
Outros	(560)	(0,04)	(1.285)	(0,08)	(56,42)
	(1.111.306)	(72,49)	(43.126)	(2,63)	2.476,88
Resultado bruto	235.505	15,36	1.408.048	91,84	(83,27)
Despesas operacionais					
Pessoal	(13.420)	(0,88)	(12.623)	(0,77)	6,31
Material	(304)	(0,02)	(303)	(0,02)	0,33
Serviços de terceiros	(21.073)	(1,37)	(25.509)	(1,56)	(17,39)
Depreciação e amortização	(3.948)	(0,26)	(3.975)	(0,24)	(0,68)
Seguros	(9.354)	(0,61)	-	(0,24)	-
Aluguéis	(2.355)	(0,15)	(1.638)	(0,10)	43,77
Provisões para riscos	77	0,01	32	0,00	140,63
Compartilhamento de despesas	(9.188)	(0,60)	(11.872)	(0,72)	-
Reversão parcial de provisão pela não recuperabilidade de ativos	33.366	2,18	43.483	2,65	-
Outras	(3.168)	(0,21)	(2.652)	(0,17)	19,46
	(29.367)	(1,92)	(15.057)	(0,98)	95,04
Resultado operacional	206.138	13,45	1.392.991	90,86	(85,20)
Resultado financeiro					
Receitas	62.398	4,07	166.708	10,27	(62,57)
Despesas	(299.035)	(19,51)	(555.163)	(33,96)	(46,14)
	(236.637)	(15,44)	(388.455)	(25,34)	(39,08)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(30.499)	(1,99)	1.004.536	65,52	(103,04)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(1.294)	(0,08)	(190.772)	(11,64)	(99,32)
Diferido	22.993	1,50	(111.896)	(6,82)	(120,55)
	21.699	1,42	(302.668)	(19,74)	(107,17)
Lucro líquido do exercício	(8.800)	(0,57)	701.868	45,78	(101,25)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Receita Operacional

A receita operacional bruta totalizou R\$ 1.533,1 milhões em 2021, decréscimo de 6,4% em comparação ao ano anterior. A receita líquida, de R\$ 1.346,8 milhões, registrou decréscimo de 7,2%, principalmente em razão da crise hídrica e seu efeito no GSF. Na comparação com o ano anterior, esses efeitos reduziram a energia disponível para comercialização no mercado livre para operações bilaterais de curto prazo na comparação com os montantes que foram comercializados nessa modalidade em 2020.

A controlada contribuiu em R\$ 30,0 milhões (2,23%) no total da receita operacional no consolidado da Companhia.

	2021	2020	%
Receita operacional bruta			
Contratos ACR	-	-	-
Contratos ACL	1.373.266	1.514.540	(9,33)
Mercado de curto prazo (MCP)	156.532	113.527	37,88
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	3.302	11.100	(70,25)
	1.533.100	1.639.167	(6,47)
 Outras receitas	 448	 399	 12,28
	1.533.548	1.639.566	(6,47)
Deduções à receita operacional			
PIS e COFINS	(131.463)	(138.176)	(4,86)
ICMS	(42.216)	(36.542)	15,53
P&D	(13.058)	(13.674)	(4,50)
	(186.737)	(188.392)	(0,88)
 Receita operacional líquida	 1.346.811	 1.451.174	 (7,19)

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”)

A receita operacional derivada dos contratos do ACL se manteve linear em comparação à 2020.

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”)

Para 2021 e 2020 a estratégia da Companhia foi de não negociar no ACR.

Mercado de Curto Prazo

As regras de mercado preveem uma liquidação financeira que reflete o comportamento hidrológico. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é onde são apurados esses efeitos e através dessa apuração são auferidas as receitas de MRE e MCP.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A receita operacional derivada das operações no MRE reduziu para R\$ 3,3 milhões, o que representa uma redução de 70,2% em relação à 2020.

Deduções à Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia está sujeita ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e à Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS")/Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). Dentro do estado de São Paulo o ICMS é diferido na geração de energia elétrica e nas vendas para outros estados poderá haver incidência de acordo com a legislação do estado de destino, havendo cobrança deste imposto por substituição tributária (ICMS-ST). O ICMS-ST é cobrado sobre a receita operacional bruta recebida de consumidores livres a uma taxa que pode variar entre 7% e 30%, conforme determinado pela legislação do Estado em que o consumidor livre está localizado. PIS e COFINS são cobrados sobre a receita operacional bruta a uma taxa que depende da modalidade de faturamento. No ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), a tarifa é de 3,65%, de acordo com o Artigo 47 da Lei nº 10.637/2002, que possibilita a opção por regime especial de tributação cumulativa do PIS e COFINS nas operações de compra e venda de energia junto a CCEE. Nas outras modalidades de faturamento, a tarifa sobre receita operacional bruta gerada é de 9,25%.

Em 2007, a ANEEL, através do Ofício Circular SFF/ANEEL nº 2.409/07, de 14 de novembro de 2007, estabeleceu que as despesas com pesquisa e desenvolvimento deveriam ser classificadas como deduções à receita operacional.

As deduções à receita operacional tiveram uma redução de R\$ 1,6 milhões, ou 0,8%, em relação a 2020. Tal decréscimo ocorreu, principalmente, devido à diminuição na comercialização no Mercado de Curto Prazo (MCP).

Receita Operacional Líquida

Como resultado dos fatores citados em 2021, a receita operacional líquida reduziu 7,2% na comparação com 2020 alcançando R\$ 1.346,8 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais apresentaram um aumento de R\$ 1.082,4 milhões, ou 1.860,5%, em comparação com o ano anterior. Esse aumento é originado, principalmente, pelo acordo referente a liminar GSF que foi reconhecido em 2020.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido de 2021 foi negativo em R\$ 236,6 milhões, representando uma melhora de R\$ 151,8 milhões (39,1%) em comparação ao ano anterior. Essa variação ocorreu basicamente pela redução nas despesas com variação monetária (IGP-M) referentes aos passivos ligados às liminares mantidas pela Companhia, visto que o passivo da principal liminar que discutia a questão do GSF foi liquidado ainda no 1º. trimestre de 2021 com a evolução das tratativas para solução do assunto. Com isso, houve redução expressiva nas despesas com a atualização desses passivos na comparação entre os dois anos

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são cobrados com base em receita tributável, corrigida pelas despesas dedutíveis, indedutíveis, diferenças temporárias e a compensação de perdas de imposto de renda e contribuição social até o limite de 30% da renda tributável por ano. A atual taxa de imposto de renda é 25% e a atual taxa da contribuição social é 9%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Demonstrações da Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social**

	2021			2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
(Prejuízo) / lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		(30.499)			1.004.536	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	7.625	2.745	10.370	(251.134)	(90.408)	(341.542)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	2.260	(73)	2.187	2.260	(73)	2.187
Equivalência patrimonial de controlada	7.695	2.771	10.466	12.385	4.459	16.844
Incentivos fiscais	-	-	-	804	-	804
Amortização agio da Duke sudeste	16	5	21	18	6	24
Provisão liminar GSF	(333)	(120)	(453)	-	-	-
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	(540)	(315)	(855)	(575)	(331)	(906)
PCLD	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	13.250	4.770	18.020
Doações Incentivadas	-	-	-	3.500	-	3.500
Outros	(27)	(10)	(37)	(1.169)	(430)	(1.599)
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	16.696	5.003	21.699	(220.661)	(82.007)	(302.668)
IRPJ e CSLL correntes	863	431	1.294	138.384	52.388	190.772
IRPJ e CSLL diferidos	(17.559)	(5.434)	(22.993)	82.276	29.620	111.896
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado - ano corrente	(16.696)	(5.003)	(21.699)	220.660	82.008	302.668
IRPJ e CSLL diferidos - ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	(16.696)	(5.003)	(21.699)	220.660	82.008	302.668
Alíquota efetiva	54,7%	16,4%	71,1%	24,5%	9,1%	33,6%

Prejuízo Líquido

O prejuízo líquido em 2021 totalizou R\$ 8,8 milhões, representando redução de 101,3% em relação ao lucro líquido de R\$ 701,8 milhões apurado em 2020, basicamente devido à soma dos fatores anteriormente mencionados, com destaque para os eventos não recorrentes envolvendo a conclusão das questões judiciais sobre o GSF, os impactos de uma crise hídrica sem precedentes e, também, para as medidas mitigatórias implementadas pela Administração, a Companhia

Ebitda

O Ebitda (Lajida - lucro antes dos juros, impostos sobre renda, incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez. A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O Ebitda foi de R\$ 489,1 milhões em 2021, o que significa uma redução de R\$ 1.122,6 milhões, ou 69,7%, em comparação com o ano de 2020, principalmente em razão dos impactos negativos não recorrentes do ano de 2021.

Ebitda e margem Ebitda

(Em milhares de reais)

	2021	2020	% Variação 2021/2020
Lucro líquido do exercício	(8.800)	701.868	-101,3
Imposto de renda e contribuição social	(21.699)	302.668	-107,2
Resultado financeiro (líquido)	236.637	388.455	-39,1
Depreciação e amortização	283.030	218.810	29,3
Ebitda	489.168	1.611.801	-69,7

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Resultados Operacionais**

Período encerrado em 31 de dezembro de 2020 em comparação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Resultado Consolidado em 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)	2020	% da Receita operacional	2019	% da Receita operacional	% Variação 2020/2019
Receita operacional bruta	1.639.566	100,00	1.554.467	100,00	5,47
Deduções da receita operacional	(188.392)	(11,49)	(171.987)	(10,49)	9,54
Receita operacional líquida	1.451.174	88,51	1.382.480	84,32	4,97
Custo do serviço de energia elétrica					
Pessoal	(63.975)	(3,90)	(61.132)	(3,73)	4,65
Material	(9.298)	(0,57)	(9.628)	(0,59)	(3,43)
Serviços de terceiros	(40.711)	(2,48)	(40.447)	(2,47)	0,65
Energia comprada	(368.395)	(22,47)	(332.860)	(20,30)	10,68
Depreciação e amortização	(214.835)	(13,10)	(217.828)	(13,29)	(1,37)
Encargos de uso da rede elétrica	(141.854)	(8,65)	(132.007)	(8,05)	7,46
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(33.396)	(2,04)	(38.859)	(2,37)	(14,06)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(6.718)	(0,41)	(6.749)	(0,41)	(0,46)
Seguros	(9.441)	(0,58)	(9.876)	(0,60)	(4,40)
Aluguéis	(46)	(0,00)	(39)	(0,00)	17,95
Provisões para riscos	(2.347)	(0,14)	(2.508)	(0,15)	(6,42)
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	849.245	51,80	-	-	-
Outros	(1.355)	(0,08)	(1.337)	(0,08)	1,35
	(43.126)	(2,63)	(853.270)	(52,04)	(94,95)
Resultado bruto		-	529.210	32,28	(100,00)
Despesas operacionais					
Pessoal e administração	(12.556)	(0,77)	(10.538)	(0,64)	19,15
Material	(303)	(0,02)	(157)	(0,01)	92,99
Serviços de terceiros	(25.509)	(1,56)	(35.399)	(2,16)	(27,94)
Depreciação e amortização	(3.975)	(0,24)	(3.273)	(0,20)	21,45
Aluguéis	(1.638)	(0,10)	(2.160)	(0,13)	(24,17)
Provisões para riscos	32	0,00	(1.383)	(0,08)	(102,31)
Compartilhamento de despesas	(11.872)	(0,72)	-	-	-
Reversão parcial de provisão pela não recuperabilidade de ativos	43.483	2,65	-	-	-
Outras	(2.719)	(0,17)	(11.976)	(0,73)	(77,30)
	(15.057)	(0,92)	(64.886)	(3,96)	(76,79)
Resultado operacional	1.392.991	84,96	464.324	28,32	200,00
Resultado financeiro					
Receitas	168.341	10,27	73.792	4,50	128,13
Despesas	(556.796)	(33,96)	(204.629)	(12,48)	172,10
	(388.455)	(23,69)	(130.837)	(7,98)	196,90
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.004.536	61,27	333.487	20,34	201,22
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(190.772)	(11,64)	(137.103)	(8,36)	39,15
Diferido	(111.896)	(6,82)	50.006	3,05	(323,77)
	(302.668)	(18,46)	(87.097)	(5,31)	247,51
Lucro líquido do exercício	701.868	42,81	246.390	15,03	184,86

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Receita Operacional**

A receita operacional bruta totalizou R\$ 1.639,5 milhões em 2020, acréscimo de 5,4% em comparação ao ano anterior, basicamente devido ao reajustes anuais dos contratos bilaterais vigentes e de um maior volume liquidado no mercado de curto prazo em relação a 2019. Esses contratos foram possíveis graças a um maior volume disponível ocasionado pela estratégia de sazonalização em relação aos primeiros meses do ano e pelas boas oportunidades de preço. A receita líquida, de R\$ 1.451,1 milhões, registrou acréscimo de 4,9%.

A controlada contribuiu em R\$ 31,0 milhões (2,13%) no total da receita operacional no consolidado da Companhia.

	2020	2019	%
Receita operacional bruta			
Contratos ACR	-	-	-
Contratos ACL	1.514.540	1.448.631	4,55
Mercado de curto prazo (MCP)	113.527	91.981	23,42
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	11.100	13.565	(18,17)
	1.639.167	1.554.177	5,47
 Outras receitas	 399	 290	 37,59
	1.639.566	1.554.467	5,47
Deduções à receita operacional			
PIS e COFINS	(138.176)	(137.576)	0,44
ICMS	(36.542)	(21.370)	71,00
P&D	(13.674)	(13.041)	4,85
	(188.392)	(171.987)	9,54
 Receita operacional líquida	 1.451.174	 1.382.480	 4,97

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”)

A receita operacional derivada dos contratos do ACL se manteve linear em comparação à 2019.

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”)

Para 2020 e 2019 a estratégia da Companhia foi de não negociar no ACR.

Mercado de Curto Prazo

As regras de mercado preveem uma liquidação financeira que reflete o comportamento hidrológico. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é onde são apurados esses efeitos e através dessa apuração são auferidas as receitas de MRE e MCP.

A receita operacional derivada das operações no MRE reduziu para R\$ 11,1 milhões, o que representa uma redução de 18,1% em relação à 2019.

Deduções à Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia está sujeita ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) e à Contribuição ao Programa de Integração Social (“PIS”)/Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”). Dentro do estado de São Paulo o ICMS é diferido na geração de energia elétrica e nas vendas para outros estados poderá haver incidência de acordo com a legislação do estado de destino, havendo cobrança deste imposto por substituição tributária (ICMS-ST). O ICMS-ST é cobrado sobre a receita operacional bruta recebida de consumidores livres a uma taxa que pode variar entre 7% e 30%, conforme determinado pela legislação do Estado em que o consumidor livre está localizado. PIS e COFINS são cobrados sobre a receita operacional bruta a uma taxa que depende da modalidade de faturamento. No ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), a tarifa é de 3,65%, de acordo com o Artigo 47 da Lei nº 10.637/2002, que possibilita a opção por regime especial de tributação cumulativa do PIS e COFINS nas operações de compra e venda de energia junto a CCEE. Nas outras modalidades de faturamento, a tarifa sobre receita operacional bruta gerada é de 9,25%.

Em 2007, a ANEEL, através do Ofício Circular SFF/ANEEL nº 2.409/07, de 14 de novembro de 2007, estabeleceu que as despesas com pesquisa e desenvolvimento deveriam ser classificadas como deduções à receita operacional.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As deduções à receita operacional tiveram um aumento de R\$ 16,4 milhões, ou 9,5%, em relação a 2019. Tal decréscimo ocorreu, principalmente, devido à diminuição na comercialização no Mercado de Curto Prazo (MCP).

Receita Operacional Líquida

Como resultado dos fatores citados em 2020, a receita operacional líquida aumentou 5,0% na comparação com 2019 alcançando R\$ 1.451,1 milhões.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais apresentaram uma redução de R\$ 859,9 milhões, ou 93,7%, em comparação com o ano anterior. Esse aumento é originado, principalmente, pelo acordo referente a liminar GSF que foi reconhecido em 2020.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido de 2020 foi negativo em R\$ 388,5 milhões, uma piora de R\$ 257,6 milhões (296,9%) em comparação ao ano anterior. Essa variação ocorreu basicamente pela redução de R\$ 22,6 milhões nas despesas financeiras relativas às debentures, devido, principalmente, a quitação da 7ª emissão de debêntures (série 1) e também, a um cenário macroeconômico com taxas de juros inferiores às de 2019. Cabe mencionar que as linhas de receitas e despesas financeiras também são impactadas pelo efeito da variação monetária da Liminar do GSF, que, no ano de 2020, impactou negativamente em R\$ 240,7 milhões em comparação com 2019.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são cobrados com base em receita tributável, corrigida pelas despesas dedutíveis, indedutíveis, diferenças temporárias e a compensação de perdas de imposto de renda e contribuição social até o limite de 30% da renda tributável por ano. A atual taxa de imposto de renda é 25% e a atual taxa da contribuição social é 9%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Demonstrações da Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social**

	2020			2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		1.004.536			333.487	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	251.134	90.408	341.542	83.372	30.014	113.386
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(2.260)	73	(2.187)	(2.260)	73	(2.187)
Despesas indedutíveis	1.192	430	1.622	1.497	517	2.014
Incentivos fiscais	(4.304)	-	(4.304)	(4.467)	-	(4.467)
Diferenças temporárias no resultado anos anteriores	-	-	-	-	-	-
Equivalência de controladas	(12.385)	(4.459)	(16.844)	424	153	577
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	575	331	906	1.146	515	1.661
PCLD	-	-	-	49	18	67
Juros sobre capital próprio	(13.250)	(4.770)	(18.020)	(17.000)	(6.120)	(23.120)
Outros	(42)	(5)	(47)	(40)	(6)	(46)
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	220.660	82.008	302.668	62.722	25.164	87.886
IRPJ e CSLL correntes	138.384	52.388	190.772	98.911	38.192	137.103
IRPJ e CSLL diferidos	82.276	29.620	111.896	(36.190)	(13.028)	(49.218)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado - ano corrente	220.660	82.008	302.668	62.721	25.164	87.885
IRPJ e CSLL diferidos - ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(793)	5	(788)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	220.660	82.008	302.668	61.928	25.169	87.097
Alíquota efetiva	24,5%	9,1%	33,6%	24,6%	9,1%	33,7%

Lucro Líquido

O lucro líquido em 2020 totalizou R\$ 701,9 milhões, representando aumento de 184,9% em relação aos R\$ 246,4 milhões de 2019, basicamente devido à soma dos fatores anteriormente mencionados.

Ebitda

O Ebitda (Lajida - lucro antes dos juros, impostos sobre renda, incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez. A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O Ebitda foi de R\$ 1.611,8 milhões em 2020, o que significa um aumento de R\$ 926,3 milhões, ou 135,2%, em comparação com o ano de 2019, principalmente em razão dos impactos positivos não recorrentes do ano de 2020.

Ebitda e margem Ebitda

(Em milhares de reais)

	2020	2019	% Variação 2020/2019
Lucro líquido do exercício	701.868	246.390	184,9
Imposto de renda e contribuição social	302.668	87.097	247,5
Resultado financeiro (líquido)	388.455	130.837	196,9
Depreciação e amortização	218.810	221.101	-1,0
Ebitda	1.611.801	685.425	135,2

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Resultados Operacionais

Período encerrado em 31 de dezembro de 2019 em comparação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Resultado Consolidado em 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)	2019	% da Receita operacional	2018	% da Receita operacional	% Variação 2019/2018
Receita operacional bruta	1.554.467	100,00	1.459.659	100,00	6,50
Deduções da receita operacional	(171.987)	(11,06)	(140.797)	(9,65)	22,15
Receita operacional líquida	1.382.480	88,94	1.318.862	90,35	4,82
Custo do serviço de energia elétrica					
Pessoal	(61.132)	(3,93)	(49.858)	(3,42)	22,61
Material	(9.628)	(0,62)	(4.971)	(0,34)	93,68
Serviços de terceiros	(40.447)	(2,60)	(31.761)	(2,18)	27,35
Energia comprada	(332.860)	(21,41)	(267.464)	(18,32)	24,45
Depreciação e amortização	(217.828)	(14,01)	(210.042)	(14,39)	3,71
Encargos de uso da rede elétrica	(132.007)	(8,49)	(124.560)	(8,53)	5,98
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(38.859)	(2,50)	(61.644)	(4,22)	(36,96)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(6.749)	(0,43)	(5.626)	(0,39)	19,96
Seguros	(9.876)	(0,64)	(10.768)	(0,74)	(8,28)
Aluguéis	(39)	(0,00)	(80)	(0,01)	(51,25)
Provisões para riscos	(2.508)	(0,16)	(5.331)	(0,37)	(52,95)
Outros	(1.337)	(0,09)	(992)	(0,07)	34,78
	(853.270)	(54,89)	(773.097)	(52,96)	10,37
Resultado bruto	529.210	34,04	545.765	37,39	(3,03)
Despesas operacionais					
Pessoal e administração	(10.538)	(0,68)	(24.325)	(1,67)	(56,68)
Material	(157)	(0,01)	(154)	(0,01)	1,95
Serviços de terceiros	(35.399)	(2,28)	(16.141)	(1,11)	119,31
Depreciação e amortização	(3.273)	(0,21)	(3.026)	(0,21)	8,16
Aluguéis	(2.160)	(0,14)	(2.624)	(0,18)	(17,68)
Provisões para riscos	(1.383)	(0,09)	(2.717)	(0,19)	(49,10)
Outras	(11.976)	(0,77)	(6.910)	(0,47)	73,31
	(64.886)	(4,17)	(55.897)	(3,83)	16,08
Resultado operacional	464.324	29,87	489.868	33,56	(5,21)
Resultado financeiro					
Receitas	73.792	4,75	84.844	5,81	(13,03)
Despesas	(204.629)	(13,16)	(230.720)	(15,81)	(11,31)
	(130.837)	(8,42)	(145.876)	(9,99)	(10,31)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	333.487	21,45	343.992	23,57	(3,05)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(137.103)	(8,82)	(150.265)	(10,29)	(8,76)
Diferido	50.006	3,22	62.184	4,26	(19,58)
	(87.097)	(5,60)	(88.081)	(6,03)	(1,12)
Lucro líquido do exercício	246.390	15,85	255.911	17,53	(3,72)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Receita Operacional**

A receita operacional bruta totalizou R\$ 1.554,5 milhões em 2019, acréscimo de 6,5% em comparação ao ano anterior, basicamente devido ao aumento nas receitas com contratos bilaterais de venda de energia e apesar de queda nas receitas de MRE referentes à queda nos volumes de energia gerada. Esses contratos foram possíveis graças a um maior volume disponível ocasionado pela estratégia de sazonalização em relação aos primeiros meses do ano e pelas boas oportunidades de preço. A receita líquida, de R\$ 1.382,5 milhões, registrou acréscimo de 4,8%.

A controlada contribuiu em R\$ 25,5 milhões (1,84%) no total da receita operacional no consolidado da Companhia.

	2019	2018	%
Receita operacional bruta			
Contratos ACR	-	34.946	(100,00)
Contratos ACL	1.448.631	1.228.935	17,88
Mercado de curto prazo (MCP)	91.981	139.485	(34,06)
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	13.565	55.955	(75,76)
	1.554.177	1.459.321	6,50
 Outras receitas	 290	 338	 (14,20)
	1.554.467	1.459.659	6,50
Deduções à receita operacional			
PIS e COFINS	(137.576)	(123.138)	11,73
ICMS	(21.370)	(5.800)	268,45
P&D	(13.041)	(11.858)	9,98
	(171.987)	(140.797)	22,15
 Receita operacional líquida	 1.382.480	 1.318.862	 4,82

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”)

A receita operacional derivada dos contratos do ACL se manteve linear em comparação à 2018.

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”)

Para 2019 a estratégia da Companhia foi de não negociar no ACR.

Mercado de Curto Prazo

As regras de mercado preveem uma liquidação financeira que reflete o comportamento hidrológico. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é onde são apurados esses efeitos e através dessa apuração são auferidas as receitas de MRE e MCP.

A receita operacional derivada das operações no MRE reduziu para R\$ 42,4 milhões, o que representa uma redução de 75,8% em relação à 2018.

Deduções à Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia está sujeita ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) e à Contribuição ao Programa de Integração Social (“PIS”)/Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”). Dentro do estado de São Paulo o ICMS é diferido na geração de energia elétrica e nas vendas para outros estados poderá haver incidência de acordo com a legislação do estado de destino, havendo cobrança deste imposto por substituição tributária (ICMS-ST). O ICMS-ST é cobrado sobre a receita operacional bruta recebida de consumidores livres a uma taxa que pode variar entre 7% e 30%, conforme determinado pela legislação do Estado em que o consumidor livre está localizado. PIS e COFINS são cobrados sobre a receita operacional bruta a uma taxa que depende da modalidade de faturamento. No ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), a tarifa é de 3,65%, de acordo com o Artigo 47 da Lei nº 10.637/2002, que possibilita a opção por regime especial de tributação cumulativa do PIS e COFINS nas operações de compra e venda de energia junto a CCEE. Nas outras modalidades de faturamento, a tarifa sobre receita operacional bruta gerada é de 9,25%.

Em 2007, a ANEEL, através do Ofício Circular SFF/ANEEL nº 2.409/07, de 14 de novembro de 2007, estabeleceu que as despesas com pesquisa e desenvolvimento deveriam ser classificadas como deduções à receita operacional.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As deduções à receita operacional tiveram um aumento de R\$ 31,2 milhões, ou 22,2%, em relação a 2018. Tal decréscimo ocorreu, principalmente, devido à diminuição na comercialização no Mercado de Curto Prazo (MCP).

Receita Operacional Líquida

Como resultado dos fatores citados em 2019, a receita operacional líquida aumentou 4,8% na comparação com 2018 alcançando R\$ 1.382,5 milhões.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais apresentaram um aumento de R\$ 89,2 milhões, ou 10,8%, em comparação com o ano anterior. Esse aumento é originado, principalmente, pelo maior volume de energia comprada para enfrentamento do cenário hidrológico desfavorável nos últimos meses de 2019, que também originou receitas de vendas adicionais para a Companhia. Nas compras de energia, especificamente, foi observado um aumento de 24,5%, o equivalente a R\$ 65,4 milhões no ano.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido de 2019 foi negativo em R\$ 130,8 milhões, uma melhora de R\$ 15,0 milhões (10,3%) em comparação ao ano anterior. Essa variação ocorreu basicamente pela redução de R\$ 17,8 milhões nas despesas financeiras relativas às debentures, devido, principalmente, à amortização da 5ª Emissão de Debêntures (série 1 e 2) sem renovação durante o exercício de 2019 e, também, a um cenário macroeconômico com taxas de juros inferiores às de 2018. Cabe mencionar que as linhas de receitas e despesas financeiras também são impactadas pelo efeito da variação monetária da Liminar do GSF, que, no ano de 2019, impactou negativamente em R\$ 5,0 milhões em comparação com 2018.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são cobrados com base em receita tributável, corrigida pelas despesas dedutíveis, indedutíveis, diferenças temporárias e a compensação de perdas de imposto de renda e contribuição social até o limite de 30% da renda tributável por ano. A atual taxa de imposto de renda é 25% e a atual taxa da contribuição social é 9%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Demonstrações da Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social

	2019			2018		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		333.487			343.992	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	83.372	30.014	113.386	85.998	30.959	116.957
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(2.260)	73	(2.187)	(2.260)	73	(2.187)
Despesas ineditáveis	1.497	517	2.014	2.048	675	2.723
Incentivos fiscais	(4.467)	-	-	(3.803)	-	(3.803)
Diferenças temporárias no resultado anos anteriores	-	-	-	(8)	(3)	(11)
Equivalência de controladas	424	153	577	(1.737)	(625)	(2.362)
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	1.146	515	1.661	1.343	628	1.971
PCLD	49	18	67	-	-	-
Juros sobre capital próprio	(17.000)	(6.120)	(23.120)	(18.500)	(6.660)	(25.160)
Outros	(40)	(6)	(46)	(47)	1	(47)
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	62.721	25.164	92.352	63.034	25.048	88.081
IRPJ e CSLL correntes	98.911	38.192	137.103	108.757	41.508	150.265
IRPJ e CSLL diferidos	(36.190)	(13.028)	(49.218)	(45.724)	(16.460)	(62.184)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado - ano corrente	62.721	25.164	87.885	63.034	25.048	88.081
IRPJ e CSLL diferidos - ajuste de exercícios anteriores	(793)	5	(788)	-	-	-
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	61.928	25.169	87.097	63.034	25.048	88.081
Alíquota efetiva	18,8%	7,5%	27,7%	18,3%	7,3%	25,6%

Lucro Líquido

O lucro líquido em 2019 totalizou R\$ 246,4 milhões, representando queda de 3,7% em relação aos R\$ 255,9 milhões de 2018, basicamente devido à soma dos fatores anteriormente mencionados.

Ebitda

O Ebitda (Lajida - lucro antes dos juros, impostos sobre renda, incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez. A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda foi de R\$ 685,4 milhões em 2019, o que significa uma redução de R\$ 17,5 milhões, ou 2,5%, em comparação com o ano de 2018. Dentre outros fatores já explanados anteriormente, destaca-se a queda significativa nos volumes de energia gerado pela Paranapanema como o grande fator que contribuiu para essa diminuição, representando R\$ 19,6 milhões de impacto líquido, isto é, redução de receitas no MRE parcialmente compensada com redução nos encargos de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH).

Ebitda e margem Ebitda

(Em milhares de reais)

	2019	2018	% Variação 2019/2018
Lucro líquido do exercício	246.390	255.911	-3,7
Imposto de renda e contribuição social	87.097	88.081	-1,1
Resultado financeiro (líquido)	130.837	145.876	-10,3
Depreciação e amortização	221.101	213.068	3,8
Ebtida	685.425	702.936	-2,5

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs***a. introdução ou alienação de segmento operacional***

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional que causasse efeito relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. eventos ou operações não usuais

Em 2020 com a promulgação da Lei 14.052 pela resolução 895/2020 e pela aprovação do Conselho de Administração, a Companhia seguiu com o acordo referente a liminar GSF e no 1º trimestre de 2021 a Companhia efetuou o pagamento.

Foi aprovada a proposta para a captação de recursos pela Companhia no mercado na forma de dívida, por meio da 9ª emissão pública de 500.000 (quinhentos mil) debêntures, não conversíveis em ações, em duas séries, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local, com valor nominal unitário valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), coordenada pelo Banco Bradesco S.A, as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) nas deliberações da reunião da diretoria da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2020 ("RD"); (ii) nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2020 ("RCA"); (iii) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia datado de 22 de dezembro de 2020;

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, de 15 de fevereiro de 2018, a proposta do Conselho de Administração para a captação de recursos pela Companhia no mercado na forma de dívida, por meio da 8ª emissão pública de 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures, não conversíveis em ações, em duas séries, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local, com valor nominal unitário valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), coordenada pelo Banco Bradesco S.A, as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) nas deliberações da reunião da diretoria da Companhia realizada em 18 de janeiro de 2018 ("RD"); (ii) nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

em 16 de abril de 2018 ("RCA"); (iii) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia datado de 18 de janeiro de 2018;

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, de 17 de julho de 2017, a proposta do Conselho de Administração para a captação de recursos pela Companhia no mercado na forma de dívida, por meio da 7ª emissão pública de 420.000 (quatrocentos e vinte mil) debêntures, não conversíveis em ações, em duas séries, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local, com valor nominal unitário valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), coordenada pelo Banco Bradesco BBI, as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) nas deliberações da reunião da diretoria da Companhia realizada em 31 de maio de 2017 ("RD"); (ii) nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 31 de maio de 2017 ("RCA"); (iii) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia datado de 31 de maio de 2017; (iv) nas deliberações da reunião da diretoria da Companhia realizada em 21 de junho de 2017 ("RD"); (v) nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 21 de junho de 2017 ("RCA de 21 de junho"); (vi) nas deliberações da reunião do conselho fiscal da Companhia realizada em 22 de junho de 2017; (vii) nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 17 de julho de 2017 ("AGE");

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, de 15 de julho de 2016, a proposta do Conselho de Administração para a captação de recursos pela Companhia no mercado na forma de dívida, por meio da 6ª emissão pública de 16.000 (dezesesseis mil) debêntures, não conversíveis em ações, em série única, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), coordenada pelo Banco Citibank S.A, as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) nas deliberações da reunião da diretoria da Companhia realizada em 17 de junho de 2016 ("RD"); (ii) nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 17 de junho de 2016 ("RCA"); (iii) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia datado de 17 de junho de 2016; (iv) nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 23 de agosto de 2016 ("RCA de 23 de agosto"); e (v) nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 15 de julho de 2016 ("AGE");

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em 04 de maio de 2015 foi Aprovada em Reunião do Conselho de Administração a contratação do Banco Citibank para a emissão de Cédula de Crédito Bancário, representativa de operação de empréstimo, de acordo com Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, no montante de R\$ 181.000, sendo o mesmo atualizado a 100% da variação acumulada do CDI, acrescido de juros de 1,40% ao ano. O prazo de vencimento desse empréstimo é de dois anos, podendo ocorrer um pré-pagamento, após o primeiro ano de vigência do contrato. Não há ativos dados como garantia para a obtenção dessa operação financeira e não há cláusulas restritivas. Os recursos deste empréstimo foram 100% utilizados para a aquisição do ativo mencionado no item “b.” acima.

Em 12 de agosto de 2014, após aprovação da proposta de redução de capital por todos os órgãos sociais e regulatórios da Companhia, foi convocada Assembleia Geral Extraordinária, para apreciar e votar a proposta da Administração sobre a redução do capital social, previamente aprovada pela SFF da ANEEL, de acordo com o Despacho nº 140 de 21 de janeiro de 2014 e nº 3375 de 26 de agosto de 2014. Nesse sentido, em 28 de agosto de 2014, a proposta da Companhia de Redução de Capital foi devidamente aprovada pelos Acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária e paga aos acionistas em 07 de novembro de 2014 após transcorrido o prazo de 60 dias (sessenta dias) de oposição de credores, previsto no parágrafo 2º do art. 174 da Lei nº 6.404/1976 sem a incidência de correção sobre o valor creditado aos acionistas entre a data de deliberação da AGE e o efetivo crédito aos acionistas. A redução de capital, de R\$ 1.339.137.503,80 para R\$ 839.137.503,80 com uma redução efetiva no valor de R\$ 500.000.000,00 milhões não acarretou no cancelamento de quaisquer ações ordinárias ou preferenciais representativas do capital social, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia.

Em 28 de abril de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a proposta do Conselho de Administração para a captação de recursos pela Companhia no mercado na forma de dívida, por meio da 5ª emissão pública de 47.900 (quarenta e sete mil e novecentas) debêntures, não conversíveis em ações, em duas séries, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, coordenada pelo Banco BTG Pactual S.A., as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, destinadas exclusivamente a investidores qualificados.

A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) da reunião da diretoria da Companhia realizada em 25 de março de 2014 (“RD”); (ii) da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 03 de abril de 2014 (“RCA de 03 de abril de 2014”); (iii) no parecer

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

favorável do Conselho Fiscal da Companhia datado de 03 de abril de 2014 (“Parecer”); (iv) da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 28 de abril de 2014 (“AGE”).

A Companhia registra em suas demonstrações financeiras todos os impactos financeiros relativos às operações relacionadas no item “c.” acima. Detalhes dessas operações podem ser encontrados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. mudanças significativas nas práticas contábeis****CPC 06/IFRS 16****Método de transição**

A Companhia e sua Controlada aplicaram o método de transição retrospectivo, o qual não requer apresentação de informações comparativas. Portanto, as informações referentes a exercícios anteriores continuam sendo apresentadas de acordo com a norma anterior.

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa incremental.

Não foram considerados custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial para contratos em andamento, apenas para novos contratos.

O IFRS 16 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde estes são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de amortização do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento.

Essa norma internacional altera as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) – “Operações de Arrendamento Mercantil” e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) – “Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil”.

Escopo da análise e identificação dos ativos

A Companhia analisou todos os contratos de arrendamento ativos na data de adoção inicial da norma, quando foram identificados arrendamentos de imóveis.

Conforme permitido pela norma, foram desconsiderados do escopo da análise:

- i. arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses);
- ii. contratos com valores inferiores a USD 5 mil (R\$ 20 mil).

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Também como permitido pela norma, quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também foram desconsiderados:

- i. contratos com pagamentos variáveis;
- ii. contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável;
- iii. contratos em que a Companhia não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e
- iv. contratos em que a Companhia não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo.

Prazo de arrendamento

A Companhia analisou para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

Taxa de desconto

A norma requer que seja identificada a taxa incremental para cada contrato de arrendamento. Essa taxa incremental deve refletir o custo de aquisição pela Companhia e por suas controladas de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico.

Para fins de adoção inicial, a Companhia e sua Controlada adotaram o saldo contratual de cada arrendamento em 01 de janeiro de 2019, para todos os contratos classificados de acordo com o IFRS 16, descontado a valor presente pela taxa de 10,81%.

Os efeitos referentes ao Direito de uso – IFRS 16, estão representados na nota explicativa 10.1 – Imobilizado e a movimentação e à obrigação estão representados na nota explicativa 12 – Movimentação do arrendamento.

IFRIC 23/ICPC 22

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia e sua Controlada avaliaram seus tratamentos de tributos sobre o lucro e informa que a adoção desta nova norma não resultou em impactos significativos em seus resultados do exercício.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 2021, 2020 e 2019, os Auditores Independentes não apresentaram ressalvas ou parágrafos de ênfases em seu parecer a respeito das Demonstrações Financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards – (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas obrigações com entidade de previdência privada, intangível recuperação de custos pela extensão do GSF e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como pela avaliação de ativos imobilizados ao seu custo atribuído (“deemed cost”), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

Consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas consolidando as demonstrações da Companhia com sua empresa controlada.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Controlada

Controlada é uma entidade na qual a Controladora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação maior que a metade dos direitos a voto (capital votante). A Controlada é consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da Controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as adotadas pela Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Classificação

A Companhia e sua Controlada classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i. mensurados ao valor justo através do resultado;
- ii. mensurados ao custo amortizado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações financeiras, a Companhia classifica seus instrumentos financeiros como mensurado ao custo amortizado:

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia e sua Controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e sua Controlada tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração do valor justo na data de aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia e sua Controlada compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados “contratos bilaterais”, assinados em período posterior ao da privatização da Companhia, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia e sua Controlada, através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia e sua Controlada cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos seus ativos financeiros. A Companhia aplica julgamento para estabelecer premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Assim, a Companhia avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos "evento de perda" e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia e sua Controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da CCEE.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

Perdas Estimativa para créditos de liquidação duvidosa – Impairment

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

As Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e sua Controlada não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra PECLD para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

Despesas pagas antecipadamente

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros, para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de vigência da apólice, bem como gastos incorridos com o sistema de banco de dados de cadastramento das propriedades nas bordas dos reservatórios, amortizados linearmente pelo prazo da concessão.

Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da ANEEL. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do circulante no passivo, relacionada a provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da ANEEL.

Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e sua controlada, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Utilização de bem público – UBP

Pela exploração da geração de energia elétrica outorgada através dos contratos de concessões, a Companhia pagou, ao longo de cinco anos, contados a partir das assinaturas dos contratos, valores anuais, em parcelas mensais referentes à UBP. Tais desembolsos, a valores históricos, foram reconhecidos no grupo de intangíveis, e são amortizados ao longo do período de concessão.

Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os terrenos foram mantidos a custo histórico devido a Companhia e sua controlada entenderem que são os valores aceitos pelo órgão regulador para fins de indenização ao final da concessão/autorização.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

Vida útil média remanescente:

	Controladora	Controlada
Reservatórios, barragens e adutoras	11	40
Edificações, obras civis e benfeitorias	13	37
Máquinas e equipamentos	14	24
Veículos	3	5
Móveis e utensílios	8	9

A Administração da Companhia e sua controlada entendem, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a serem revertidos ao final da concessão / autorização e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

condições atuais, a Companhia e sua controlada avaliarão os efeitos correspondentes, em suas demonstrações financeiras.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em “Outras despesas operacionais”.

Contratos de Concessão

Em 22 de setembro de 1999, a Companhia e a ANEEL assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de UBP para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999, sendo que em 5 de agosto de 2011 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo. O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão – RGR (exceto recursos retidos originalmente pela Cesp e parcialmente transferidos à Companhia em decorrência do processo de cisão daquela empresa), para contribuir com uma taxa de UBP, por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 30 de julho de 1998 foi assinado o Contrato de Concessão nº 183/98 e em 18 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo a este contrato, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoas I e Canoas II, tendo como partes a ANEEL e as empresas do Consórcio Canoas, formado pela Companhia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio – CBA na condição de autoprodutor; tal contrato prevê que 53,8MW médios são disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Companhia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Companhia. O contrato de concessão tem prazo

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 2016 foram concluídas as modernizações das unidades geradoras UG-2 e UG-3 da UHE Chavantes, que resultaram no aumento escalonado da garantia física conforme estabelecido na Portaria MME nº 53/2013.

Assim, após as finalizações das modernizações da UG-2 e da UG-3, foram publicados respectivamente nas datas de 16 de dezembro de 2016 e 7 de abril de 2016, o Despacho ANEEL nº 3.266/2016 e o Despacho ANEEL nº 848/2016, que autorizaram os acréscimos de 0,5 MWm (UG-2) e 1,1 MWm (UG-3) na garantia física da UHE Chavantes.

Em 2017 foi concluída a repotênciação da unidade geradora UG-4 da UHE Capivara, que resultaram no aumento de 3,3 MWm da garantia física conforme estabelecido no Despacho Aneel nº 1.943/2017.

Dessa forma, a garantia física de energia total da Companhia, passou de 1.110,5 MWm em 31/12/2016 para 1.113,8 MWm em 31/12/2017, valores estes que incluem a parcela de garantia física pertencente à CBA no Consórcio Canoas.

Em 2019 foi concluída a repotênciação da unidade geradora UG-2 da UHE Capivara, que resultaram no aumento de 1,9 MWm da garantia física conforme estabelecido no Despacho Aneel nº 1.733/2019.

Dessa forma, a garantia física de energia total da Companhia, passou de 1.062,6 MWm em 31/12/2018 para 1.064,5 MWm em 31/12/2019, valores estes que incluem a parcela de garantia física pertencente à CBA no Consórcio Canoas.

De acordo com a REH 2.919/2021 que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) houve uma prorrogação do prazo de concessão na média de aproximadamente 35 meses

Resoluções autorizativas**Controlada**

A ANEEL autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das Pequenas Centrais Hidrelétricas Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes – SEBAND – Ltda. (“SEBAND”).

Em fevereiro de 2007, a Rio Paranapanema Participações S.A. e a Seband assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., concomitantemente à transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Paranapanema Participações S.A.

Através da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a ANEEL autorizou a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Retiro e PCH Palmeiras da SEBAND para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

De acordo com a REH 2.919/2021 que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE houve uma prorrogação do prazo de concessão na média de 34 meses.

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidade Geradora de Caixa (UGC). No caso da Companhia, foi definido que existe uma UGC. Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada realizaram referida revisão.

Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

Debêntures

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Provisões para riscos

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados, com provável saída de recursos para liquidar a obrigação e valor estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) seja provável que será necessária uma saída

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia e sua controlada com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido e não constitui provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos.

Benefícios a empregados**Obrigações de aposentadoria**

A Companhia patrocina planos de pensão e aposentadoria a seus empregados. Esses planos foram constituídos de acordo com as características de benefício definido e contribuição definida. Os custos, contribuições e o passivo ou ativo atuarial do plano de benefício definido são determinados, anualmente, em 31 de dezembro, por atuários independentes, e apurados usando o método da unidade de crédito projetada e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012 (CPC 33 (R1)).

Com relação aos planos de pensão de benefício definido, a Companhia reconhece passivo no balanço patrimonial se o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

A Companhia poderia reconhecer um ativo no balanço patrimonial se os superávits do plano de benefício definido levassem a uma redução efetiva dos pagamentos de contribuições futuras. No momento, o superávit verificado não atendeu a esse critério e nenhum ativo foi constituído.

Os custos correntes do plano, incluindo os juros, menos os rendimentos esperados dos ativos, são reconhecidos no resultado mensalmente. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes, com efeito imediato no patrimônio líquido da Companhia.

Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da empresa, regulamentado pela Lei 10.101/2000. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos para uma vigência anual.

Capital Social

Ações Ordinárias (ON) e Preferenciais (PN) são classificadas como patrimônio líquido. As ações preferenciais não dão direito de voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Reconhecimento da receita

Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e de sua

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Controlada. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia e sua Controlada reconhecem a receita quando:

- o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia e sua Controlada baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração as condições de seus clientes, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia e sua Controlada reconhecem as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, de leilões, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

Receita diferida

A Companhia e sua controlada possuem contratos de longo prazo de venda de energia contendo, além da cláusula de atualização monetária por índices de preços, a previsão de redução do preço contratado na energia a ser fornecida no futuro. Em consonância com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (OCPC 05 - Orientação sobre Contratos de Concessão), para fins de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

linearização da receita ao longo do tempo, a Companhia e sua controlada diferem a parcela da receita obtida entre o preço de venda e o preço médio de venda no decorrer do contrato.

Receita financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

Distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio – JSCP

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, com base no seu Estatuto Social, é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o pagamento de JSCP, pode ser deduzido do montante de dividendos a pagar. O montante calculado está em conformidade com a legislação vigente e o benefício fiscal gerado é reconhecido na demonstração do resultado.

Demonstrações de Valor Adicionado

A Companhia e sua controlada elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada elaboram estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

Imposto de renda, contribuição social e impostos diferidos

O método de contabilização do ativo diferido do imposto de renda e contribuição social é determinado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os créditos, que tem por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 (Ativo imobilizado) em 1º de janeiro de 2009 e contratou consultoria especializada para elaboração da avaliação do ativo imobilizado. A Companhia registra sua depreciação de acordo com a vida útil determinada pelos avaliadores que leva em consideração:

- (i) os valores residuais dos ativos (de indenização ao final da concessão ou da autorização admitidos pelos reguladores);
- (ii) respeita a vida útil econômica estimada pelos reguladores que vem sendo aceita pelo mercado como adequada, a menos que exista evidência robusta de que outra vida útil é mais adequada.

A Companhia fez sua avaliação e concluiu que não existem indicativos para alteração nas estimativas e premissas e que não há evidências de perdas de recuperabilidade dos ativos.

Impairment

A Companhia e sua controlada testam a recuperação de seus ativos segregados por unidade geradora de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado que dependem de diversas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

Provisões e passivos contingentes

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos que sejam classificados como *off-balance sheet items*.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, uma vez que a Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que a Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que a Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em setembro de 2015, foi assinado contrato de repotenciação e modernização das unidades geradoras UHE Capivara. Este projeto contempla a substituição das turbinas hidráulicas por outras de melhor rendimento, possibilitando um aumento de 8,1MW na garantia física da usina. A obra iniciou em 2016 teve seu final em 2019 com gasto total de R\$ 141 milhões.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Recursos próprios.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

No início de 2016, o acionista controlador Duke Energy anunciou a intenção de vender seus ativos na América Latina, o que resultou na venda da sua participação nas empresas estabelecidas no Brasil para a CTG no Brasil.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável

c. novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

No entendimento da Administração, todos os fatos relevantes que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e de sua controlada foram comentados nos demais itens desta seção.